



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista de Controle Externo
Gestão de Pessoas

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'D04', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos I

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver os Cadernos de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto seguinte.

Notícias e mais notícias

Confesso que já estou cheio de me informar sobre o mundo. Pela TV, pelo rádio, pelos incontáveis canais da Internet, pelos celulares, pelos velhos jornais e revistas não param de chegar notícias, comentários, opiniões formadas. Essas manifestações me cercam, obrigam-me a tomar conhecimento de tudo, enlaçam-me numa rede de informações infinitas, não me deixam ignorar nenhum acontecimento, do assalto no bar da esquina aos confrontos no Oriente Médio. Gostaria de descansar os olhos e os ouvidos, daria tudo para que se calassem por algum tempo essas notícias invasoras, e me sobrasse tempo para não saber mais nada de nada...

Minha utopia é acordar num dia sem notícias, quando os únicos acontecimentos sensíveis fossem os da natureza e os do corpo: amanhecer, clarear, ventar, escurecer – e andar, olhar, ouvir, sentar, deitar, dormir. Parece pouco, mas é mais que muito: é impossível. É impossível fruir esse estado de contemplação – melhor dizendo: de pura e permanente percepção de si e do mundo. Até porque partiria de nós mesmos a violação desse estado: em algum momento nos cansaríamos e passaríamos a cogitar coisas, a avaliar, a imaginar, e estenderíamos nossa curiosidade para tudo o que estivesse próximo ou distante. Em suma: iríamos atrás de informações. Ficaríamos ávidos por notícias do mundo.

O ideal talvez fosse um meio termo: nem nos escravizarmos à necessidade de notícias, nem nos abandonarmos a um confinamento doentio. Mas o homem moderno sabe cada vez menos equilibrar-se entre os extremos. Nossa época, plena de novidades, não nos deixa descansar. Cada tela apagada, cada aparelho desligado parece espreitar-nos, provocando-nos: – Você sabe o que está perdendo?

Desconfio que estejamos perdendo a capacidade de nos distrairmos um pouco com nós mesmos, com nossa memória, com nossos desejos, com nossas expectativas. Bem que poderíamos acreditar que há, dentro de nós, novidades a serem descobertas, notícias profundas de nós, que pedem calma e silêncio para se darem a conhecer.

(Aristides Bianco, inédito)

1. O autor do texto mostra-se, fundamentalmente, insatisfeito com
- (A) a irrelevância da maioria das matérias que pesquisa na Internet.
 - (B) o descaso com que os meios de comunicação veiculam informações.
 - (C) a profusão de informações que nos fazem esquecer de nós mesmos.
 - (D) a tendência moderna de valorizar em excesso as aptidões individuais.
 - (E) o excesso de estímulos que nos levam a uma permanente autoavaliação.

2. Atente para as seguintes afirmações:
- I. No primeiro parágrafo, o autor mostra-se ressentido com o fato de que só lhe chegam notícias que não têm qualquer importância.
 - II. No segundo parágrafo, a utopia referida pelo autor diz respeito a seu desejo de ter pleno controle sobre os meios de comunicação modernos.
 - III. No terceiro parágrafo, o autor propõe, em substituição à utopia referida no parágrafo anterior, a postulação de um sensato equilíbrio.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) I e III, apenas.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) III, apenas.
3. No último parágrafo, o autor manifesta sua dúvida quanto à
- (A) possibilidade de interiorização e autoconhecimento do homem moderno.
 - (B) existência de algo que valha a pena perscrutar dentro de nós.
 - (C) capacidade de retenção de nossa memória pouco exercitada.
 - (D) importância do silêncio, de que brotam profundas revelações.
 - (E) expectativa de que venhamos a saber filtrar as notícias do mundo.
4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
- (A) *rede de informações infinitas* = cadeia de eventos intransmissíveis.
 - (B) *é impossível fruir* = é impraticável deslizar.
 - (C) *parece espreitar-nos* = simula divisar-nos.
 - (D) *um confinamento doentio* = um nocivo insulamento.
 - (E) *equilibrar-se entre os extremos* = amalgamar as polaridades.
5. O autor vale-se da referência *do assalto no bar da esquina aos confrontos do Oriente Médio* para
- (A) manifestar sua inconformada reação diante da violência urbana.
 - (B) exemplificar a variação e a desproporção características dos noticiários.
 - (C) referendar a combatividade das reportagens que denunciam os fatos.
 - (D) acusar o sensacionalismo com que se avaliam fatos políticos.
 - (E) ilustrar a frieza e a uniformidade com que se veiculam as notícias.



6. Na penúltima linha do segundo parágrafo, a frase *iríamos atrás de informação* expressa uma justificativa para o fato que se afirma em:
- (A) *Parece pouco, mas é mais que muito.*
 (B) *O ideal talvez fosse um meio termo.*
 (C) *(...) partiria de nós mesmos a violação desse estado (...)*
 (D) *Minha utopia é esta: acordar num dia sem notícias (...)*
 (E) *(...) pura e permanente percepção de si e do mundo.*
7. No último parágrafo, o autor admite que
- (A) há um tipo de notícias que seria muito proveitoso acessar.
 (B) não é de todo mau que nos envolvamos com as notícias do mundo.
 (C) seria preferível distrairmo-nos a ficarmos absortos em nós mesmos.
 (D) a paz e o silêncio deveriam ser as grandes novidades do mundo.
 (E) só é possível que nos solidarizemos se houver calma e silêncio.
8. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **singular** para preencher corretamente a lacuna da frase:
- (A) Aquele a quem (**sensibilizar**) os fatos do noticiário deve poupar-se de acompanhá-los todos os dias.
 (B) Não (**dever**) mover a ninguém as esperanças ou a crença em que o mundo se torne mais discreto e silencioso.
 (C) Em qualquer notícia que provenha do nosso íntimo não mais (**haver**) de se ocultar as verdades que fingimos desconhecer.
 (D) As pessoas a quem (**impor**) a TV, diuturnamente, notícias de toda espécie perdem a capacidade de discriminar o que é ou não importante.
 (E) As novidades que dentro de mim se (**mascarar**) só se revelarão mediante uma análise introspectiva.
9. Está plenamente adequada a correlação entre os tempos e modos verbais na frase:
- (A) Quem se obriga a se informar o tempo todo acabaria por faltar-se de todas as notícias, sejam elas importantes ou não.
 (B) Ele não acreditaria se lhe dissemos que estivesse perdendo a capacidade de distrair-se consigo mesmo.
 (C) Seria preciso que acreditemos que há, dentro de nós, novidades que pedem calma e silêncio para se haverem dado a conhecer.
 (D) Só terá sido possível fruir esse estado de contemplação caso fôssemos concentrados em nós mesmos.
 (E) Por mais que nos informemos, o real sentido das notícias só se revela quando somos inteiramente senhores da nossa consciência crítica.
10. Transpondo-se para a voz passiva a frase *passaríamos a imaginar coisas*, a forma verbal resultante será
- (A) haveremos de passar a imaginar.
 (B) passariam a ser imaginadas.
 (C) passariam sendo imaginadas.
 (D) teríamos passado a imaginar.
 (E) teriam passado a imaginar.

Atenção: As questões de números 11 a 20 referem-se ao texto seguinte.

A respeito do termo *etnia*

Por **etnia** entende-se um grupo de pessoas que partilham vários atributos, como espaço geográfico, língua, costumes e valores, e que reivindicam para si o mesmo nome étnico e a mesma ascendência. Mas sempre há nisso grande dose de subjetividade. Daí ser difícil estabelecer fronteiras claras entre as *etnias* e quantificar os grupos étnicos existentes no planeta. A língua, por exemplo, que parece um critério objetivo, não é suficiente para determinar diversas *etnias*, se tomada isoladamente, pois muitos grupos étnicos usam o mesmo idioma.

O moderno conceito de *etnia* desenvolveu-se no século XX, em oposição às teorias racistas que evocavam argumentos de ordem biológica para justificar a dominação de um grupo humano sobre outros. A ciência considera incorreto falar em diferentes raças quando se trata de seres humanos. Todos os homens pertencem ao gênero *Homo* e à espécie *Homo sapiens*. Eventuais variações genéticas são mínimas e insuficientes para configurar diferenciações raciais.

Os homens agrupam-se socialmente, e as semelhanças e diferenças que estabelecem entre si decorrem de processos históricos, sempre culturais, jamais naturais. Fundamentalmente, um indivíduo pertence a determinada *etnia* porque acredita nisso, e tal crença é compartilhada pelos demais indivíduos que compõem o mesmo grupo.

A existência de vários grupos étnicos no interior das mesmas fronteiras nacionais é uma situação comum, pois as populações humanas não são homogêneas, em razão das migrações no decorrer da história. Mas as diferenças étnicas, em diversos casos, são manipuladas para acirrar conflitos de fundo político ou econômico. O próprio conceito de raça humana, há muito não admitido pela antropologia moderna, serviu (e por vezes ainda serve) de pretexto para justificar as mais cruéis manifestações de preconceito, violência e barbárie.

(Adaptado do **Almanaque Abril Cultural** 2009, p. 123)

11. De acordo com o texto, o conceito de **etnia** diz respeito, fundamentalmente,
- (A) às variações genéticas que vêm caracterizando, ao longo da História, os mais diferentes agrupamentos humanos.
 (B) a critérios de identificação pelos quais se reconhecem grupos humanos, com base em alguns atributos compartilhados.
 (C) a alguns fatores biológicos pelos quais os homens se distinguem uns dos outros, como a cor da pele ou traços fisionômicos.
 (D) aos valores culturais que alguns grupos humanos classificam e julgam superiores aos de outros grupos.
 (E) a critérios científicos e objetivos, a partir dos quais se pode justificar com mais rigor a reivindicação de superioridade cultural.



12. Atente para as seguintes afirmações:
- É mais difícil quantificar os grupos étnicos existentes do que estabelecer diferenças criteriosas entre as etnias.
 - Até o final do século XIX, o fato de haver raças diferentes serviu para justificar uma escalada de violências históricas.
 - O fato de haver diferentes etnias num mesmo território nacional não implica, necessariamente, uma situação de conflito.
- Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em
- I.
 - II.
 - III.
 - I e II.
 - II e III.
13. Deve-se entender da leitura do segundo parágrafo que
- os estudos que levam ao conceito de **etnia** opõem-se a fundamentos das ciências biológicas.
 - a palavra de **etnia** surgiu como uma espécie de alternativa semântica para veicular o conceito de **raça**.
 - o conceito de **gênero** humano estabeleceu-se em função da invariância dos nossos fatores genéticos.
 - as descobertas científicas foram desconsideradas na formulação do conceito de **etnia**.
 - os fatores biológicos não têm relevância determinante para a fixação conceitual de **etnia**.
14. No quarto parágrafo, afirma-se que conflitos de fundo político ou econômico
- podem ser acirrados por fatores outros, como diferenças étnicas ou invocações do conceito de **raça**.
 - têm sua origem em argumentos que só se justificam quando se considera a antropologia moderna.
 - existem sobretudo em função do instinto de dominação do homem, um impulso natural que provém das diferenças raciais.
 - são, na verdade, conflitos de natureza étnica, embora justificados por razões de ordem racial.
 - ocorrem quando manifestações de preconceito racial têm como justificativa razões de ordem meramente étnica.
15. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário que se faz sobre o texto:
- Pode ser que ainda haja quem defenda o conceito de **raça** enquanto razão de superioridade entre todos os seres humanos.
 - A antropologia moderna tem um papel decisivo no conceito de **raça**, ao qual ela deixou de relevar em função dos conceitos étnicos.
 - São diferenças históricas, ou mesmo culturais, pelas quais os homens deixam de agregar-se socialmente, estabelecendo-as entre si.
 - Muitas das piores manifestações de barbárie humana deveram-se à manipulação do conceito de **raça**, hoje rechaçado pela antropologia.
 - Ainda que houvessem variações genéticas, elas seriam mínimas para almejem a configuração de efetivas diferenças raciais entre os homens.
16. Considerando-se a correção da frase e o contexto, o termo sublinhado pode ser substituído pelo que vem entre parênteses em:
- A ciência considera incorreto falar em diferentes raças quando se trata de seres humanos. (**aonde for o caso de**)
 - (...) as semelhanças e diferenças que estabelecem entre si decorrem de processos históricos, sempre culturais, jamais naturais. (**em meio a elas**)
 - (...) e tal crença é compartilhada pelos demais indivíduos que compõem o mesmo grupo. (**se comparte entre os**)
 - (...) as populações humanas não são homogêneas, em razão das migrações no decorrer da história. (**não obstante as**)
 - (...) serviu (e por vezes ainda serve) de pretexto para justificar as mais cruéis manifestações de preconceito (...) (**razão de somenos para**)
17. Está correto o emprego do elemento sublinhado na frase:
- São vários os atributos a que se pode recorrer para caracterizar um grupo étnico.
 - Não são claras as fronteiras em cujas se deseja estabelecer uma objetiva distinção entre etnias.
 - São mínimas as variações genéticas de que se poderia levar em conta para configurar alguma diferenciação racial.
 - O fenômeno das migrações é um fator concorrente de que as populações não sejam homogêneas.
 - O próprio conceito de **raça** humana, de cujo ninguém duvidava, é hoje dado como ultrapassado.
18. Representam uma **causa** e seu **efeito**, respectivamente, os seguintes segmentos do texto:
- (...) grupo de pessoas que partilham vários atributos / há nisso grande dose de subjetividade. (1º parágrafo)
 - Daí ser difícil estabelecer fronteiras claras / a língua (...) parece um critério objetivo. (1º parágrafo)
 - O moderno conceito de **etnia** desenvolveu-se no século XX / em oposição às teorias racistas. (2º parágrafo)
 - (...) um indivíduo pertence a determinada **etnia** porque acredita nisso / e tal crença é compartilhada pelos demais indivíduos. (3º parágrafo)
 - (...) migrações no decorrer da história / as populações humanas não são homogêneas. (4º parágrafo)



19. Está plenamente adequada a pontuação da frase:
- (A) Entenda-se que para se considerar a existência de uma etnia, não pode deixar de ocorrer uma auto-identificação, ou seja uma autoconsciência de grupo social.
- (B) Foram, de fato, inúmeras as atrocidades perpetradas em nome de interesses políticos e econômicos, devidamente mascarados, aliás, por razões de ordem racial.
- (C) De acordo com a antropologia moderna, os grupos étnicos, devem ser considerados a partir de critérios, que incluam aspectos culturais, e fatores históricos.
- (D) Mesmo as pequenas diferenças étnicas, podem acabar servindo de pretexto, para que alguns grupos se sobreponham aos outros movidos por razões políticas.
- (E) Não há como separar, do conceito de etnia a noção de compartilhamento cultural, pela qual, diferentes grupos humanos, tomam consciência de sua própria identidade.

20. As normas de concordância verbal encontram-se plenamente respeitadas na frase:
- (A) Desenvolveu-se ao longo do século XX vários conceitos científicos, inclusive o de etnia.
- (B) Deve-se à antropologia moderna alguns avanços históricos, sobretudo no que diz respeito ao conceito de raça.
- (C) Constam entre as mais cruéis manifestações de barbárie a promoção dos terrores raciais, levada a cabo pelos nazistas.
- (D) Já não se pode lançar mão de razões racistas para se camuflar um interesse econômico ou político.
- (E) Não deixarão de haver, infelizmente, novas atrocidades coletivas, em nome de novos pretextos.

Atenção: As questões de números 21 a 30 referem-se ao texto seguinte, do filósofo francês Montaigne, influente pensador do século XVI.

Da moderação

Como se tivéssemos infeccioso o tato, ocorre-nos corromper, se as manusearmos em excesso, as coisas que em si são belas e boas. A virtude pode tornar-se vício se ao seu exercício nos dedicarmos com demasiada avidez e violência. E jogam com as palavras os que dizem não haver excesso na virtude porque não há virtude onde há excesso: "Não é sábio o sábio, nem justo o justo, se seu amor à virtude é exagerado".

Trata-se de uma sutileza filosófica. Pode-se dedicar imoderado amor à virtude e ser excessivo em uma causa justa. Preconiza o apóstolo São Paulo, a esse respeito, um equilíbrio razoável: "Não sejas mais comportados do que o necessário; ponde alguma sobriedade no bom comportamento". Vi um dos grandes deste mundo prejudicar a religião por se entregar a

práticas religiosas incompatíveis com a sua condição social. Aprecio os caracteres moderados e prudentes: ultrapassar a medida, ainda que no sentido do bem, é coisa que me espanta, se não me incomoda, e a que não sei como chamar. Mais estranha do que justa se me afigura a conduta da mãe de Pausânias, que foi a primeira a denunciá-lo e a contribuir com a primeira pedra para a morte do filho; nem tampouco aprovo a atitude do ditador Postúmio, mandando matar o filho que, no entusiasmo da mocidade, saíra das fileiras para atacar o inimigo, com felicidade, aliás. Não me sinto propenso nem a aconselhar nem a imitar tão bárbara virtude.*

Falha o arqueiro que ultrapassa o alvo, da mesma maneira que aquele que não o alcança. Minha vista se perturba se de repente enfrenta uma luz violenta, quando então vejo tão pouco como na mais profunda escuridão.

*Nota: A mãe de Pausânias depositara um tijolo diante do templo de Minerva, onde se refugiara o rei, seu filho. Os lacedemônios, aprovando-lhe o julgamento simbólico, ergueram muros em torno do refúgio e deixaram o prisioneiro morrer de fome.

(Adaptado de Montaigne, **Ensaio**)

21. Da compreensão geral do texto resulta adequada a seguinte conclusão: para Montaigne,
- (A) a todo vício corresponde uma virtude, que resulta do exagero dele.
- (B) é desejável que o equilíbrio comande o exercício das demais virtudes.
- (C) nenhuma virtude é possível quando quem a pratica não sabe exagerar.
- (D) a moderação costuma esvaziar a desejável intensidade das virtudes.
- (E) a sabedoria da moderação é inócua, pois o sábio é sempre imoderado.

22. Atente para as seguintes afirmações:

- I. *A virtude pode tornar-se vício se ao seu exercício nos dedicarmos com demasiada avidez e violência.*
- II. *Pode-se dedicar imoderado amor à virtude e ser excessivo em uma causa justa.*
- III. *(...) ultrapassar a medida, ainda que no sentido do bem, é coisa que me espanta.*

As referências aos casos da mãe de Pausânias e do ditador Postúmio podem bem ilustrar o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) II, apenas.



23. Ao citar as frases *Não é sábio o sábio, nem justo o justo, se seu amor à virtude é exagerado* e *Não sejas mais comportados do que o necessário; ponde alguma sobriedade no bom comportamento*, Montaigne deseja mostrar que
- (A) ambas as frases admitem que o excesso nem sempre é vicioso.
- (B) a primeira frase apenas ameniza o sentido radical da segunda.
- (C) a segunda frase desmente o que afirma a primeira.
- (D) ambas as frases atestam a conveniência da plena moderação.
- (E) a segunda frase lhe parece mais irracional do que a primeira.
-
24. *Falha o arqueiro que ultrapassa o alvo, da mesma maneira que aquele que não o alcança.*
- Considerando-se o contexto, deve-se entender que a frase acima está expressando, de modo figurado, a seguinte convicção:
- (A) o homem que pratica moderadamente a virtude vale tanto quanto o que é exageradamente virtuoso.
- (B) mais vale a pena tudo arriscar nas altas virtudes do que se conformar com as pequenas.
- (C) é mais fácil visar às virtudes que estão ao nosso alcance do que àquelas que mal vislumbramos.
- (D) os vícios costumam ser tão excessivos quanto as virtudes, cabendo em ambos os casos um pouco de moderação.
- (E) o excesso é tão condenável quanto a insuficiência, quando se trata da prática de uma virtude.
-
25. Deve-se entender que a *bárbara virtude* a que alude Montaigne ao final do segundo parágrafo foi assim qualificada porque Postúmio
- (A) se deixou levar pelos excessos da mocidade.
- (B) se mostrou hesitante diante da insolência do jovem.
- (C) demonstrou cruel obsessão pelo senso de disciplina.
- (D) decidiu punir cruelmente a rebeldia das fileiras.
- (E) se revelou um sádico diante das hostes inimigas.
-
26. *Não sejas mais comportados do que o necessário; ponde alguma sobriedade no bom comportamento.*
- A frase acima permanecerá correta com a substituição das formas verbais sublinhadas, respectivamente, por:
- (A) sejas - ponhais
- (B) seja - põe
- (C) sede - ponhais
- (D) sejas - põe
- (E) sejas - ponhas
-
27. É preciso **corrigir**, por falha estrutural, a redação da frase:
- (A) Nenhuma das virtudes está imune aos defeitos que representam os excessos com que podem ser exercidas.
- (B) Os excessos da prática de uma virtude podem constituir o mesmo defeito do qual, por princípio, se desejaria combater.
- (C) O autor considerou uma sutileza filosófica o que expressa o texto citado, no qual também acusa um jogo de palavras.
- (D) Montaigne não vê senão excesso na reação supostamente virtuosa da mãe de Pausânias, ou na do ditador Postúmio.
- (E) A alegoria do arqueiro demonstra, de modo prático e objetivo, que a virtude não deve ser buscada nos extremos.
-
28. A moderação não é fácil de alcançar; há quem veja a moderação como sinal de fraqueza; consideram outros a moderação um atributo dos tímidos – sem falar nos que atribuem à moderação a pecha da covardia.
- Evitam-se as viciosas repetições do texto acima substituindo-se os segmentos sublinhados, na ordem dada, por:
- (A) a veja - consideram-na outros - lhe atribuem
- (B) lhe veja - a consideram outros - atribuem-na
- (C) a veja - consideram-lhe outros - atribuem-na
- (D) veja a ela - consideram-na outros - atribuem-lhe
- (E) veja-a - a consideram outros - a atribuem
-
29. *Falha o arqueiro que ultrapassa o alvo, da mesma maneira que aquele que não o alcança.*
- O elemento sublinhado na frase acima tem sentido equivalente ao da expressão
- (A) com a mesma perícia.
- (B) nas mesmas condições.
- (C) o que também ocorre com.
- (D) conquanto possa ocorrer com.
- (E) ainda que o mesmo aconteça a.
-
30. Quanto à redação da **Nota**, ao pé do texto, é correto afirmar que
- (A) as formas *depositara* e *se refugiara* expressam ações que ocorreram concomitantemente.
- (B) o pronome *lhe*, na forma *aprovando-lhe*, está-se referindo a *templo de Minerva*.
- (C) a expressão *juízo simbólico* está empregada no sentido de **juízo inconsequente**.
- (D) a frase *ergueram muros em torno do refúgio* pode ser substituída, adequadamente, por ***muraram aonde era o refúgio***.
- (E) o tempo da forma verbal *refugiara* indica ação anterior à expressa pelo tempo da forma verbal *ergueram*.



Noções de Direito Constitucional

31. Compete ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República,
- (A) dispor sobre fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
 - (B) apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.
 - (C) escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União.
 - (D) autorizar referendo e convocar plebiscito.
 - (E) autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais.

32. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente,
- (A) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias.
 - (B) os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro, ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União.
 - (C) as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.
 - (D) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.
 - (E) a execução de sentença nas causas de sua competência originária, sendo vedada a delegação de atribuições para a prática de atos processuais.

33. Considere as seguintes afirmações sobre a proposta orçamentária do Ministério Público:
- I. O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e, caso encaminhada em desacordo com esses limites, caberá ao Poder Executivo proceder aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.
 - II. Se o Ministério Público não encaminhar a respectiva proposta orçamentária dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites estipulados na lei de diretrizes orçamentárias.
 - III. Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
 - (B) II, apenas.
 - (C) III, apenas.
 - (D) I e II, apenas.
 - (E) I, II e III.

34. Ato lesivo ao patrimônio público e ao meio ambiente, praticado por entidade integrante da Administração Pública, poderá ser anulado, judicialmente, por meio de
- (A) mandado de injunção impetrado por partido político.
 - (B) ação popular proposta por qualquer cidadão.
 - (C) *habeas data* impetrado por organização sindical, na defesa dos interesses de seus membros.
 - (D) mandado de segurança coletivo impetrado pelo Ministério Público.
 - (E) *habeas corpus* impetrado por qualquer indivíduo.

35. Ao organizar o Poder Legislativo, na esfera federal, a Constituição da República prevê que
- (A) a Câmara dos Deputados será composta de representantes do povo, eleitos, pelo sistema majoritário, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.
 - (B) o Senado Federal será composto de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio proporcional.
 - (C) a representação de cada Estado e do Distrito Federal no Senado Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços.
 - (D) as deliberações de cada Casa legislativa serão tomadas pela maioria absoluta de seus membros, salvo disposição constitucional em contrário.
 - (E) o número total de Senadores será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta representantes.

36. Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República,
- (A) será chamado ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, que deverá completar o período de mandato de seus antecessores.
 - (B) será realizada eleição pelo Congresso Nacional, trinta dias depois da última vaga, caso a vacância ocorra nos últimos dois anos do período presidencial.
 - (C) deverá ser convocado plebiscito para decidir quanto à necessidade de realização de nova eleição.
 - (D) caberá ao Tribunal Superior Eleitoral dar posse aos candidatos segundos colocados no pleito em que eleitos os antecessores.
 - (E) não há solução prevista expressamente na Constituição da República para a sucessão, cabendo ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria.

37. Será considerado inelegível, nos termos da Constituição da República,
- (A) o Governador de Estado no exercício de seu primeiro mandato que, pretendendo a reeleição, não renunciar até seis meses antes do pleito.
 - (B) o Deputado Federal no exercício de segundo mandato consecutivo que pretenda reeleger-se.
 - (C) quem tenha sido condenado criminalmente por decisão judicial, mesmo que ainda não transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.
 - (D) brasileiro naturalizado que queira candidatar-se a uma vaga no Senado Federal.
 - (E) o filho adotado de Governador do Estado que pretenda candidatar-se a Prefeito da Capital do Estado.



38. Ao dispor sobre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, a Constituição da República admite, expressamente, que seja objeto de acordo ou convenção coletiva de trabalho
- (A) a concessão de seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.
 - (B) a garantia de irredutibilidade do salário.
 - (C) o décimo-terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.
 - (D) o prazo prescricional para propositura de ação judicial quanto aos créditos resultantes da relação de trabalho.
 - (E) a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.

39. Incluem-se entre os bens dos Estados
- (A) as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares.
 - (B) o mar territorial, os terrenos de marinha e seus acrescidos.
 - (C) as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.
 - (D) as ilhas fluviais e lacustres não-pertencentes à União.
 - (E) os potenciais de energia hidráulica.

40. Considere as seguintes afirmações sobre a disciplina constitucional do direito de propriedade:
- I. A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na Constituição.
 - II. A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.
 - III. No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, desde que mediante indenização prévia em dinheiro.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
 - (B) II, apenas.
 - (C) III, apenas.
 - (D) I e II, apenas.
 - (E) I, II e III.

Noções de Direito Administrativo

41. NÃO contempla prerrogativa inerente ao regime jurídico administrativo:
- (A) impenhorabilidade dos bens públicos.
 - (B) imprescritibilidade dos bens públicos.
 - (C) revogação unilateral, pela Administração, de contratos por motivo de interesse público.
 - (D) possibilidade de praticar todos os atos não proibidos por lei.
 - (E) sujeição dos atos a controle interno e autotutela.

42. Considere as afirmações abaixo, relativas ao conceito de serviço público:
- I. O conceito de serviço público varia no tempo e no espaço, cabendo a cada ordenamento jurídico definir quais são tais serviços.
 - II. No Brasil, os serviços públicos são relacionados pela Constituição, embora haja espaço para a criação de novos serviços públicos por lei formal.
 - III. O conceito estrito de serviço público inclui toda prestação de serviços pelos órgãos do Estado e entidades da Administração Indireta que possa gerar comodidade fruível pelos cidadãos, tais como justiça e segurança pública.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

43. "A pessoa legalmente investida em cargo, de provimento efetivo ou em comissão, com denominação, função e vencimento próprios, número certo e remunerado pelos cofres públicos."

Esta é a definição de

- (A) agente público.
- (B) particular em colaboração com a Administração.
- (C) servidor público em sentido amplo.
- (D) empregado público.
- (E) funcionário público.



<p>44. No Estado de Goiás, o provimento de cargos em comissão</p> <p>(A) depende de concurso público, salvo se já houver prévia investidura em cargo de provimento efetivo.</p> <p>(B) é feito por decreto do Governador do Estado.</p> <p>(C) está condicionado à prévia apresentação de declaração de bens e valores do nomeado.</p> <p>(D) é restrito aos funcionários que já sejam titulares de cargo de provimento efetivo.</p> <p>(E) implica a automática posse do cargo, sem necessidade de outro ato formal do funcionário.</p>	<p>48. Em relação à invalidação dos atos administrativos é correto afirmar que</p> <p>(A) apenas os atos discricionários podem ser objeto de revogação.</p> <p>(B) apenas os atos vinculados podem ser objeto de anulação.</p> <p>(C) a revogação por conveniência e oportunidade desobriga a Administração de indenizar o particular lesado.</p> <p>(D) a anulação sempre se dá em caráter <i>ex nunc</i> e respeita os efeitos produzidos durante a vigência do ato.</p> <p>(E) a revogação sempre se dá em caráter <i>ex tunc</i> e desfaz os efeitos produzidos durante a vigência do ato, com ou sem indenização.</p>
<p>45. A respeito das sanções por improbidade administrativa, tal como previstas pela Lei nº 8.429/92, é correto afirmar que</p> <p>(A) é possível a decretação de indisponibilidade dos bens do acusado, nos casos de atos de improbidade que importem enriquecimento ilícito ou que lesem o patrimônio público.</p> <p>(B) os herdeiros do infrator respondem ilimitadamente pelos prejuízos causados por este, caso venha a falecer no curso do feito.</p> <p>(C) a propositura da ação gera automaticamente a indisponibilidade dos bens do acusado, cabendo posteriormente sua ratificação por decisão judicial.</p> <p>(D) a condenação ao ressarcimento do dano deverá ser efetuada em ação autônoma, ainda que a condenação por improbidade administrativa tenha eficácia de coisa julgada na esfera cível.</p> <p>(E) são imputáveis apenas os agentes administrativos que tenham direta participação no evento, sem prejuízo da responsabilização disciplinar daqueles que tenham com ele concorrido.</p>	<p>49. O princípio da presunção de legalidade dos atos administrativos</p> <p>(A) impede sua apreciação pelo Poder Judiciário.</p> <p>(B) permite que a sua legalidade seja questionada, embora o ato seja considerado válido até decisão em contrário.</p> <p>(C) torna verdadeiros, em caráter absoluto, os fatos alegados pela Administração como motivos para edição do ato.</p> <p>(D) permite ao Poder Judiciário analisar apenas seus aspectos de constitucionalidade, não de legalidade.</p> <p>(E) é incompatível com os demais princípios administrativos e constitui exceção ao regime jurídico de direito público.</p>
<p>46. No exercício de seu poder regulamentar, o Chefe do Poder Executivo pode expedir, relativamente a todas as matérias de sua competência, regulamentos</p> <p>(A) autônomos, destinados a criar normas jurídicas gerais e abstratas, independentemente de lei anterior.</p> <p>(B) autônomos, cuja eficácia e aplicabilidade independe de posterior manifestação do Poder Legislativo.</p> <p>(C) de execução, destinados a dar fiel cumprimento às leis.</p> <p>(D) de execução, destinados a dar fiel cumprimento aos decretos por ele expedidos.</p> <p>(E) independentes, destinados a regulamentar a prestação de serviços públicos.</p>	<p>50. Considere as situações abaixo descritas, relativamente a atividades desempenhadas por servidores públicos do Estado de Goiás, no exercício de suas funções:</p> <p>I. deixar, injustificadamente, de arrecadar tributos a seu cargo.</p> <p>II. empregar meio vexatório na cobrança de tributo ou receita pública.</p> <p>III. deixar de recolher ou repassar tributos aos cofres públicos.</p> <p>É infração disciplinar também punível com multa o que está descrito em</p>
<p>47. Dentre os elementos dos atos administrativos, citam-se</p> <p>(A) a autoexecutoriedade, a imperatividade e a presunção de legalidade.</p> <p>(B) a discricionariedade e a vinculação.</p> <p>(C) a anulação e a revogação.</p> <p>(D) o objeto, a finalidade e o motivo.</p> <p>(E) os atos de império, os atos negociais e os atos de gestão.</p>	<p>(A) I, apenas.</p> <p>(B) II, apenas.</p> <p>(C) III, apenas.</p> <p>(D) I e II, apenas.</p> <p>(E) I, II e III.</p>

**Legislação Específica do Estado de Goiás e Resoluções do Tribunal de Contas do Estado de Goiás**

51. Compete ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás
- (A) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta.
 - (B) apreciar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos apenas da administração direta.
 - (C) processar e julgar o Governador e o Vice-Governador por crime de responsabilidade e os Secretários de Estado por crime da mesma natureza, conexo com aquele.
 - (D) julgar, anualmente, as contas prestadas pelo Governador, e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.
 - (E) proceder à tomada de contas do Governador, quando não prestadas dentro de sessenta dias após a abertura da Sessão Legislativa.
52. O poder que o Tribunal de Contas do Estado de Goiás possui para, no âmbito de sua competência e jurisdição, expedir atos normativos sobre matéria de sua atribuição e sobre a organização dos processos que lhe devam ser submetidos, obrigando os jurisdicionados ao seu cumprimento, sob pena de responsabilidade, denomina-se
- (A) processual.
 - (B) disciplinar.
 - (C) de Polícia.
 - (D) jurisdicional.
 - (E) regulamentar.
53. Segundo o Regimento Interno, é vedado ao Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Goiás
- (A) resolver os incidentes relativos à ordem e andamento dos processos.
 - (B) participar de sociedade comercial, exceto como acionista ou cotista sem ingerência.
 - (C) exercer representação perante o Tribunal transcorridos 4 anos do afastamento do cargo por aposentadoria.
 - (D) exercer comissão remunerada ou não em concessionárias de serviço público.
 - (E) desincumbir-se das missões e dos encargos que o Tribunal lhe confiar.
54. Aceitação formal das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo público, com o compromisso de bem servir, denomina-se
- (A) indicação.
 - (B) nomeação.
 - (C) posse.
 - (D) lotação.
 - (E) contratação.
55. A prioridade na tramitação dos processos e procedimentos administrativos e na execução dos atos e diligências administrativas é assegurada quando figure, em qualquer grau de instância, como requerente ou interveniente, pessoa com idade igual ou superior a
- (A) 55 anos.
 - (B) 60 anos.
 - (C) 65 anos.
 - (D) 70 anos.
 - (E) 75 anos.

56. Considere:
- I. O processo administrativo somente poderá ter início mediante pedido do interessado.
 - II. Não pode ser objeto de delegação a decisão de recursos administrativos.
 - III. Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo poderá ser iniciado perante a autoridade de qualquer grau hierárquico para decidir:
- Considerando a regulamentação do processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado de Goiás, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
 - (B) I e II.
 - (C) II.
 - (D) II e III.
 - (E) III.
57. A modalidade de licitação em que a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns é feita em sessão pública, por meio de propostas de preços escritas e lances verbais, denomina-se
- (A) Convite.
 - (B) Registro de Preço.
 - (C) Leilão.
 - (D) Tomada de Preço.
 - (E) Pregão.
58. A licitação na modalidade de pregão não se aplica às contratações de
- (A) serviços de copeiragem.
 - (B) serviços de apoio administrativo.
 - (C) serviços de assistência médica.
 - (D) locações imobiliárias.
 - (E) serviços de eventos.
59. Dentre os princípios da política de Gestão de Pessoas aprovados pela Resolução Normativa 04/2009, inclui-se:
- (A) Existência de conformidade com as razões que dão sentido aos serviços e produtos gerados pelo Tribunal.
 - (B) As pessoas são elementos valiosos para o TCE-GO e responsáveis por seus resultados.
 - (C) A missão do TCE-GO exige a posse de conhecimentos específicos e habilidades peculiares, sem o que não poderá operar de forma correta no cumprimento dos papéis assumidos por força da lei.
 - (D) O TCE-GO precisa que as pessoas se comprometam com o que fazem, se desenvolvam e aprendam continuamente.
 - (E) Garantia de que a contratação de pessoas respeite quantitativos ajustados às necessidades operacionais e de crescimento do TCE-GO.
60. Entre os Integrantes do Comitê Permanente de Gestão de Pessoas, criado com a finalidade de assegurar a implementação da política de gestão de pessoas no âmbito do TCE-GO, figura o
- (A) Contador Geral.
 - (B) Presidente.
 - (C) Corregedor Geral.
 - (D) Vice-Presidente.
 - (E) Assessor Técnico Jurídico.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS I

61. As forças básicas que definem o nível de produtividade individual, segundo a Teoria Contingencial da Motivação de Victor Vroom, são

- (A) valência, expectativa e instrumentalidade.
- (B) autocontrole, individualidade e performance.
- (C) remuneração, produtividade e satisfação.
- (D) expectativa, esforço e resultado.
- (E) crença, valência e performance.

62. Segundo as teorias da motivação, recompensas extrínsecas são

- (A) externas à própria organização e resultantes da valorização do trabalho da empresa pelo mercado.
- (B) independentes da direção da organização, decorrendo da necessidade de autorrealização dos indivíduos.
- (C) fundamentais para a possibilidade de satisfação das necessidades de autorrealização das pessoas.
- (D) aquelas que geram um sentimento de autorrealização pela participação na gestão da empresa.
- (E) aquelas que os indivíduos recebem por seu envolvimento com programas de responsabilidade social da organização.

63. Em relação ao fluxo informal de informações em uma organização é correto afirmar:

- (A) Quanto maior e mais centralizado o fluxo de informações formais da organização, menor a necessidade de uma rede informal de comunicação.
- (B) O fluxo informal de informações não pode ser controlado dentro da organização e deve ser estimulado pela direção.
- (C) Com o desenvolvimento de sistemas informatizados de comunicação, as redes informais de comunicação tendem a se formalizar, reduzindo a intensidade das críticas à direção.
- (D) O livre fluxo de informações informais gera redundância e sobrecarga de informação sem utilidade para a melhoria da gestão.
- (E) Uma das consequências mais negativas do livre fluxo de informações dentro da organização é o surgimento de centrais de boatos que podem colocar em risco a credibilidade da direção.

Instruções: Cada uma das questões de números 64 a 68 contém cinco afirmativas. Para respondê-las considere o assunto especificado na questão e a chave abaixo.

- (A) Estão corretas APENAS as afirmativas I e II.
- (B) Estão corretas APENAS as afirmativas I, II e V.
- (C) Estão corretas APENAS as afirmativas I, III e V.
- (D) Estão corretas APENAS as afirmativas II, III e IV.
- (E) Estão corretas APENAS as afirmativas II, III, IV e V.

64. Em relação às barreiras à comunicação em uma organização.

- I. Quanto menor o número de níveis de autoridade por meio dos quais as comunicações devem passar, tanto menor será a perda ou a distorção da informação.
- II. A comunicação horizontal ocorre quando as informações são compartilhadas entre as pessoas do mesmo nível hierárquico, podendo ocorrer tanto entre pessoas da mesma equipe de trabalho como entre pessoas de departamentos diferentes.
- III. A sobrecarga de informação é um problema decorrente do excesso de liberdade na relação entre os níveis gerenciais e operacionais da organização.
- IV. O fluxo de comunicação de baixo para cima deve ser estritamente controlado pela direção; os funcionários devem ser motivados a fornecer apenas as informações previamente solicitadas.
- V. É fundamental para a eficiência da organização que a alta direção procure reduzir o fluxo de informações informais, especialmente as de tipo horizontal.

65. Em relação às melhores práticas de gestão de conflitos.

- I. Todo problema ou conflito tem uma causa. Procure primeiros os culpados em vez de se concentrar na busca de soluções para o desentendimento.
- II. Os conflitos não são casuais. Eles ocorrem quando as pessoas sentem-se frustradas ou humilhadas, ignoradas, não-reconhecidas, injustiçadas, inseguras e traídas.
- III. Procure a relação ganha-ganha em que ambos os lados saiam ganhando, sem impor ou humilhar a outra parte. O ganha-perde ou perde-perde são as piores formas de solucionar conflitos.
- IV. Concentre-se no problema ou comportamento e não na personalidade das pessoas. Se a outra pessoa estiver se desviando do assunto, interrompa fazendo perguntas objetivas que recoloquem o diálogo nos trilhos.
- V. Evite a armadilha da ambiguidade. Use frases diretas do tipo "Você trabalha apenas para si e não ajuda ninguém". Deixe clara sua insatisfação com as atitudes do funcionário.

66. Em relação à diferença entre liderança e poder.

- I. Os líderes não devem confundir liderança com prestígio e credibilidade, evitando a qualquer custo o uso do poder.
- II. O poder é a influência potencial, a liderança envolve o exercício atual do poder. A liderança não deixa de ser um fenômeno de poder.
- III. O poder é a capacidade de um agente em produzir determinados efeitos, sendo uma decorrência da relação social entre indivíduos, grupos ou organização em que uma das partes controla a outra.
- IV. O poder se define como a capacidade de forçar as pessoas a fazerem coisas apenas por respeito à posição exercida pelo líder, mesmo contra a vontade destas.
- V. A autoridade se define como a habilidade de levar as pessoas a fazerem o que o líder quer, mas estas entendem e aceitam suas decisões.



<p>67. Em relação à prática da gestão participativa.</p> <p>I. A principal vantagem da gestão participativa é que as decisões tomadas de forma compartilhada aumentam o comprometimento de toda a equipe com a solução encontrada.</p> <p>II. Deve-se cuidar para que as informações necessárias para a melhoria de processos e indicadores sejam disseminados apenas por pessoas selecionadas pela direção, evitando que dados e visões pessoais negativas circulem livremente.</p> <p>III. Quando adequadamente implementada, tende a substituir a hierarquia de autoridade pela hierarquia de competências, em que o que conta é a capacidade técnica e a motivação das equipes.</p> <p>IV. Na gestão participativa, o grau de participação torna-se o principal fator de avaliação e progressão na carreira, tendo prioridade sobre a avaliação das capacidades técnicas.</p> <p>V. O sucesso da gestão participativa depende da definição clara de metas de mudança, assim como o consenso de todos os colaboradores em torno dos valores e resultados que se pretende alcançar.</p>	<p>70. A abordagem da Qualidade de Vida no Trabalho envolve duas dimensões potencialmente antagônicas. São elas:</p> <p>(A) A necessidade de aumentos constantes de produtividade no trabalho e a luta dos trabalhadores pelas melhorias salariais.</p> <p>(B) O bem-estar e a satisfação dos funcionários no trabalho e a produtividade e a qualidade dos produtos/serviços fornecidos pela organização.</p> <p>(C) A preservação do meio ambiente e a expansão da produção industrial.</p> <p>(D) O crescente uso de tecnologias poupadoras de mão de obra e a necessidade de elevar a qualificação dos trabalhadores.</p> <p>(E) A melhoria contínua dos processos e a necessidade de lazer dos trabalhadores.</p>
<p>68. Em relação aos pressupostos básicos da Teoria do Desenvolvimento Organizacional (DO).</p> <p>I. O indivíduos, os grupos, a organização e a comunidade são sistemas dinâmicos que necessitam de contínua adaptação, ajustamento e reorganização, como condição básica de sobrevivência em um ambiente em constante mudança.</p> <p>II. Segundo essa abordagem DO é plenamente possível integrar as metas dos indivíduos com os objetivos da organização.</p> <p>III. As organizações são sistemas fechados, isto é, cada organização é em si um sistema em um ambiente que consiste em muitos outros sistemas, todos dinamicamente independentes.</p> <p>IV. O mundo moderno caracteriza-se por mudanças rápidas e constantes; por isso a mudança organizacional não pode ser planejada, configurando um processo contínuo de adaptação reativa ao ambiente.</p> <p>V. A mudança planejada é uma conquista coletiva e não o resultado do esforço de algumas pessoas; por isso o DO exige a participação e o comprometimento de todos no processo.</p>	<p>71. Nem sempre as empresas que criaram um nicho de mercado serão sempre as líderes desse mesmo mercado. Isto ocorre porque a moderna gestão de pessoas pressupõe</p> <p>(A) a existência de uma política de carreiras estável e bem delineada.</p> <p>(B) uma cultura organizacional onde predominem valores como respeito à hierarquia e à disciplina.</p> <p>(C) uma política de remuneração centrada na valorização da qualificação formal dos funcionários.</p> <p>(D) a existência de um clima organizacional saudável e seguro para todos os funcionários.</p> <p>(E) o desenvolvimento de um clima organizacional pró-ativo e desafiador.</p>
<p>69. Um gestor coordena adequadamente uma equipe quando</p> <p>(A) compartilha sempre os acertos, evitando, quando possível, discussões diretas sobre os erros.</p> <p>(B) sua equipe tem liberdade para divergir sobre os rumos a tomar em relação aos projetos.</p> <p>(C) deixa claro para a equipe que problemas pessoais nunca podem interferir no trabalho coletivo.</p> <p>(D) a equipe aceita os limites impostos pelo respeito à hierarquia.</p> <p>(E) percebe que a autorrealização das pessoas está acima da mera obtenção de resultados.</p>	<p>72. Em ambientes altamente competitivos, em que predominam a mudança e a incerteza, a cultura organizacional</p> <p>(A) deve ser tratada como mais um elemento do planejamento estratégico da organização.</p> <p>(B) terá um impacto significativo sobre o desempenho econômico da organização apenas no curto prazo.</p> <p>(C) exerce maior influência sobre o desempenho e os resultados da empresa do que os aspectos físicos, estruturais e estratégias organizacionais.</p> <p>(D) dificulta a sobrevivência de uma organização no longo prazo, quando baseada em valores centrais que transcendem considerações econômicas.</p> <p>(E) representa aspectos irracionais profundamente enraizados na organização que devem ser removidos.</p> <p>73. O modelo de planejamento integrado deve levar em conta as seguintes variáveis:</p> <p>(A) volume de produção, mudanças tecnológicas, condições de oferta e procura e planejamento de carreiras.</p> <p>(B) forças e fraquezas da organização, oportunidades e ameaças do ambiente.</p> <p>(C) consumidores, fornecedores, concorrentes e grupos reguladores.</p> <p>(D) variáveis tecnológicas, políticas, econômicas, legais, sociais e demográficas.</p> <p>(E) visão de futuro, planejamento, foco em resultados e desempenho.</p>



74. A estratégia de gestão de pessoal que permite uma predição de curto prazo das necessidades de pessoal da organização é o modelo
- de planejamento integrado.
 - baseado na procura estimada do produto ou serviço.
 - baseado em segmentos de cargos.
 - de substituição de postos-chave.
 - baseado no fluxo de pessoal.

Instruções: Cada uma das questões de números 75 a 77 contém cinco afirmativas. Para respondê-las considere o assunto especificado na questão e a chave abaixo.

- Estão corretas APENAS as afirmativas I e II.
- Estão corretas APENAS as afirmativas I, II e V.
- Estão corretas APENAS as afirmativas I, III e V.
- Estão corretas APENAS as afirmativas II, III e IV.
- Estão corretas APENAS as afirmativas II, III, IV e V.

75. Em relação à transição da abordagem da Administração de Recursos Humanos (ARH) para a da Gestão de Pessoas.

- As pessoas passam a ser vistas como parceiros da organização, dotados de inteligência, personalidade, conhecimentos, habilidades, competências, aspirações e percepções singulares.
- A cultura organizacional recebe forte impacto do mundo exterior e passa a privilegiar a mudança e a inovação com foco no futuro da organização.
- Passa a basear-se em valores como a racionalidade e a análise quantitativa; a autonomia e independência corporativa e a integração vertical da estrutura organizacional.
- O foco passa a ser a organização como um todo, a busca do consenso e a vantagem competitiva sustentável.
- As mudanças tornam-se rápidas, velozes, sem contiguidade com o passado e trazendo um contexto ambiental impregnado de turbulência e imprevisibilidade.

76. Em relação à técnica de mapeamento de competências.

- Por meio do mapeamento, é possível levantar os pontos fortes, que tornam as pessoas aptas para algumas tarefas, e os pontos fracos, que devem ser aperfeiçoados para que o profissional possa autogerenciar sua carreira.
- Enfatiza os aspectos excepcionais do desempenho, realçando as exceções positivas, que devem ser aplicadas, e negativas, que devem ser corrigidas ou eliminadas.
- Os modelos de mapeamento são estruturados a partir das competências essenciais previamente levantadas e definidas que comparem os diversos perfis profissionais da organização com aqueles identificados no mercado.
- Os indicadores devem ser sistêmicos, visualizando a empresa como um conjunto homogêneo e integrado, decorrente do planejamento estratégico de recursos humanos.
- A definição do núcleo de competências deve ser estruturada com base nas competências relacionadas como fatores críticos de sucesso em cada unidade de negócios ou grupo de funções.

77. Em relação ao conceito de competências essenciais.

- As competências essenciais são competências organizacionais que dependem de uma hierarquia de competências funcionais, gerenciais e pessoais.
- As competências essenciais constituem um arranjo sistêmico e integrado de várias competências pessoais e grupais; são o resultado da sinergia do sistema.
- As competências essenciais dão a base e a sustentação das quais dependem as competências organizacionais.
- Em certos casos, a competência essencial está embasada em uma só pessoa ou em uma única equipe; caracterizando as empresas mais criativas e dinâmicas.
- São competências essenciais aquelas requeridas de qualquer profissional, independentemente da função ou área de atuação, mas cujo nível de exigência ou necessidade difere de função para função ou entre as distintas áreas de atuação.

78. Dentre as competências gerenciais no relacionamento com as pessoas, está

- o estabelecimento de metas e de padrões.
- a identificação e a solução de problemas.
- a tomada de decisões e a avaliação de riscos.
- o pensar clara e analiticamente.
- a avaliação de pessoal e de desempenho.

79. O objetivo do mapeamento por competências é

- subsidiar a formulação da estratégia organizacional.
- identificar a lacuna de competências.
- definir as competências necessárias para concretizar a estratégia formulada.
- favorecer o *gap* de competências da organização.
- eliminar a diferença entre as competências básicas e as essenciais.

80. A principal vantagem da Avaliação 360° é

- verificar com maior facilidade as contradições nas autoavaliações dos subordinados.
- evitar o favorecimento de funcionários por parte de chefias mal-intencionadas.
- impedir que a avaliação de cada funcionário por membros de outro setor da organização seja mais objetiva.
- facilitar a adaptação dos funcionários às variadas demandas que recebe de seus colegas, fornecedores e clientes.
- aumentar a influência dos funcionários no planejamento estratégico da organização.



81. Na seleção por competências, utiliza-se, preferencialmente,
- (A) entrevista comportamental.
 - (B) grupos focais.
 - (C) teste de Rorschach.
 - (D) questionário diretivo.
 - (E) testes psicotécnicos.

Instruções: Cada uma das questões de números 82 a 84 contém cinco afirmativas. Para respondê-las, considere o assunto especificado na questão e a chave abaixo.

- (A) Estão corretas APENAS as afirmativas I e II.
 - (B) Estão corretas APENAS as afirmativas I, II e V.
 - (C) Estão corretas APENAS as afirmativas I, III e V.
 - (D) Estão corretas APENAS as afirmativas II, III e IV.
 - (E) Estão corretas APENAS as afirmativas II, III, IV e V.
82. Em relação aos principais obstáculos à aplicação da gestão por competências ao setor público.
- I. O setor público tem dificuldade para instituir formas de remuneração variável baseadas na expressão de competências profissionais.
 - II. Não é possível aplicar a gestão por competências no setor público, pois estas competências são adequadas apenas às organizações privadas.
 - III. Não existem métodos próprios para avaliar como as competências profissionais dos servidores públicos impactam o desempenho das organizações públicas.
 - IV. A gestão por competências não funciona onde há prevalência do interesse político sobre a eficácia, como no caso das burocracias públicas.
 - V. Não é possível realizar concursos públicos com base nas competências mapeadas.

83. Em relação às características de um sistema de remuneração por competências.
- I. Ele funciona com base na diferenciação das competências dos colaboradores com base na opinião subjetiva dos gerentes.
 - II. A remuneração por competências melhora a distribuição de custos na folha de pagamento, não gerando custos inesperados, além de proporcionar maior transparência.
 - III. É claro e transparente, permitindo que as pessoas possam planejar melhor seu autoinvestimento em conformidade com a política de procedimentos estabelecida.
 - IV. Motiva os colaboradores a uma melhor capacitação, de acordo com as necessidades da organização, sendo eles remunerados pelas competências que aplicam no dia-a-dia do seu trabalho.
 - V. Dificulta a delegação da administração da folha aos líderes de negócios e a promoção da área de RH para uma posição de consultoria interna.

84. Em relação à gestão do clima organizacional.
- I. O clima organizacional é resultante dos aspectos conflitantes da cultura das organizações.
 - II. O clima organizacional é sempre o reflexo dos efeitos de uma cultura na organização como um todo.
 - III. O clima organizacional sempre influencia e é influenciado pelo comportamento dos indivíduos na organização.
 - IV. O clima organizacional permite mapear o ambiente interno, que varia segundo a motivação dos agentes.
 - V. Enquanto mudanças na cultura organizacional levam mais tempo para acontecer, mudanças no clima podem ser administradas tanto a curto quanto a médio prazo.

85. Após realizar uma pesquisa de clima organizacional, é fundamental, para a legitimação do instrumento por toda organização, que área de RH
- (A) evite divulgar os resultados da pesquisa aos setores mais críticos da empresa.
 - (B) divulgue, junto com um relatório detalhado, decisões para melhorar os pontos críticos detectados pela pesquisa.
 - (C) prepare um relatório detalhado, ilustrado e comentado para os diretores da empresa.
 - (D) cobre da direção a mudança dos gerentes responsáveis pelas áreas críticas.
 - (E) estabeleça um plano de reformulação da missão e da visão estratégica da empresa.

86. Todo processo de mudança organizacional
- (A) compreende sempre três etapas: descongelamento, mudança e recongelamento.
 - (B) envolve necessariamente a ruptura com os padrões organizacionais anteriores.
 - (C) exige a internalização, por meio da qual é percebida e aceita a eficácia da nova atitude.
 - (D) implica a identificação, por meio da qual novas atitudes são incorporadas pela organização.
 - (E) limita-se a reproduzir aspectos essenciais da cultura organizacional sob nova aparência.

87. Mudanças que acontecem em resposta a eventos desestabilizadores e em períodos de maior desequilíbrio na vida das organizações são mudanças
- (A) criativas, que têm alta capacidade de mudar os padrões organizacionais e o próprio contexto de atuação de empresa.
 - (B) descontínuas, que visam uma nova reconfiguração, envolvendo novas estratégias e missão para a organização.
 - (C) incrementais, mais focadas em melhorias de sistemas específicos, existindo descontinuidade nos padrões gerais de funcionamento da organização.
 - (D) reativas, voltadas a garantir a sobrevivência da organização, e de orientação mais tradicionalista.
 - (E) contínuas, que respondem a padrões tradicionais de funcionamento das organizações.



<p>88. Em uma análise ambiental da organização, o ambiente de tarefa compreende</p> <p>(A) as oportunidades, as ameaças, os recursos disponíveis, bem como coações e contingências das quais ela não pode escapar.</p> <p>(B) os fatores que influenciam toda organização, sem qualquer distinção, embora com impactos distintos em cada uma: como os tecnológicos, legais e sociais.</p> <p>(C) o contexto macroeconômico, assim como o perfil dos consumidores ou usuários e concorrentes.</p> <p>(D) os consumidores ou usuários, os fornecedores de recursos, as empresas concorrentes, bem como as agências reguladoras.</p> <p>(E) o nicho ambiental mais próximo e imediato de cada organização, incluindo fatores políticos, econômicos, demográficos e ecológicos.</p>	<p>91. Em relação à evolução dos métodos de gestão de pessoas a partir do século XX.</p> <p>I. Na Era da Industrialização Clássica, surgem os departamentos de pessoal destinados a fazer cumprir as exigências legais a respeito do emprego.</p> <p>II. Os departamentos de recursos humanos surgem na Industrialização Neoclássica, incorporando novas funções como, entre outras, recrutamento, seleção, treinamento, avaliação e remuneração.</p> <p>III. Na Era da Industrialização Neoclássica surgem os departamentos de relações industriais acrescentando outras tarefas como o relacionamento da organização com os sindicatos.</p> <p>IV. Com o crescimento da importância da ARH na Era da Informação, esta tende a ser mais monopolística e centralizadora de suas funções.</p> <p>V. Na Era da Informação, as equipes de recursos humanos operam como consultorias internas, orientando-se para atividades estratégicas, visando alcançar resultados para a organização.</p>
<p>89. No processo de diagnóstico organizacional, não basta conhecer o ambiente externo, é preciso conhecer as condições internas da empresa e, prioritariamente,</p> <p>(A) estabelecer as competências atuais e potenciais da empresa.</p> <p>(B) analisar a estrutura organizacional da empresa.</p> <p>(C) levantar todos os recursos empresariais disponíveis.</p> <p>(D) conhecer a cultura organizacional que permeia a empresa.</p> <p>(E) definir a missão e a visão organizacional da empresa.</p>	<p>92. Em relação à crítica da abordagem do Desenvolvimento Organizacional (DO) às estruturas convencionais de organização.</p> <p>I. O exercício do poder na administração tradicional tende a frustrar e alienar o empregado.</p> <p>II. A abordagem DO enfatiza as variáveis estruturais em detrimento das variáveis comportamentais.</p> <p>III. As funções permanentes, no modelo de organização tradicional, tendem a se cristalizar, tornando-se fixas e imutáveis.</p> <p>IV. A divisão do trabalho e a fragmentação de funções são um forte estímulo ao compromisso emocional do empregado nas organizações tradicionais.</p> <p>V. A autoridade única ou unidade de comando restringe a comunicação do empregado, afetando negativamente o comprometimento deste para com a organização.</p>
<p>90. Uma empresa que diagnostica a necessidade de uma profunda mudança organizacional deve iniciar esse processo</p> <p>(A) criando uma coalizão de pessoas influentes na organização para sustentar o processo de mudança.</p> <p>(B) desenvolvendo uma visão compartilhada do sentido da mudança entre os seus membros.</p> <p>(C) estabelecendo um sentido de urgência para a necessidade de mudança, reduzindo as resistências entre os membros da empresa.</p> <p>(D) gerando mudanças de curto prazo que se transformem em vitórias visíveis a todos os membros da empresa.</p> <p>(E) criando forças-tarefa para diagnosticar os problemas cruciais a serem enfrentados em primeiro lugar.</p>	<p>93. Em relação às dimensões de uma organização que são envolvidas na gestão participativa.</p> <p>I. É na dimensão comportamental que ocorre a substituição do estilo tradicional de administração autoritário e paternalista pelo da liderança, autonomia, cooperação e comprometimento.</p> <p>II. A dimensão estrutural envolve a informação, a delegação e o questionamento em lugar do comando palavras-chaves para o funcionamento das organizações na gestão participativa.</p> <p>III. É na dimensão estrutural que se encontra a maior dificuldade de implantação da gestão participativa, pois pode implicar redesenho de estruturas, cargos e grupos de trabalho.</p> <p>IV. A hierarquia deve ser revalorizada, pois as organizações tradicionais são estruturadas de maneira que o poder fique fragmentado na base da pirâmide.</p> <p>V. Uma organização está ligada ao mercado e à sociedade por diversas interfaces; clientes, fornecedores e comunidade devem ser consultados sobre decisões e evoluções de produtos e serviços.</p>
<p>Instruções: Cada uma das questões de números 91 a 93 contém cinco afirmativas. Para respondê-las considere o assunto especificado na questão e a chave abaixo.</p> <p>(A) Estão corretas APENAS as afirmativas I e II.</p> <p>(B) Estão corretas APENAS as afirmativas I, II e V.</p> <p>(C) Estão corretas APENAS as afirmativas I, III e V.</p> <p>(D) Estão corretas APENAS as afirmativas II, III e IV.</p> <p>(E) Estão corretas APENAS as afirmativas II, III, IV e V.</p>	



94. Para a abordagem do Desenvolvimento Organizacional (DO), o que explica a cristalização da estrutura burocrática na organização tradicional é
- (A) a centralização do processo de decisão com a fragmentação da execução.
 - (B) o excesso de níveis hierárquicos e a pouca integração sistêmica entre a Direção e o RH.
 - (C) a falta de sensibilidade dos gerentes nas organizações burocráticas para as iniciativas dos subordinados.
 - (D) a ênfase excessiva na solução de conflitos por meio de repressão, arbitragem e/ou hostilidade.
 - (E) a tomada de decisões descentralizada e o amplo compartilhamento de responsabilidade e de controle.
95. É uma prática de gestão participativa que fortalece a criatividade e a eficácia das organizações:
- (A) realizar reuniões periódicas para acompanhamento das metas da organização.
 - (B) dar *feedback* individual aos colaboradores, definindo com eles suas metas pessoais.
 - (C) refazer periodicamente a análise SWOT para visualizar as oportunidades e as ameaças para o negócio.
 - (D) compartilhar informações sobre a atuação da empresa, deixando as informações sobre objetivos, metas, evolução da empresa e projetos disponíveis a todos.
 - (E) envolver os colaboradores em *brainstormings*, estimulando a circulação da informação disponível e o debate de ideias.
96. Sobre as disposições constitucionais referentes ao controle externo das entidades governamentais, considere:
- I. A abrangência dos controles se restringe à legalidade e à legitimidade dos atos praticados pelos gestores.
 - II. Qualquer cidadão é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.
 - III. Compete ao Tribunal de Contas da União apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em noventa dias a contar de seu recebimento.
 - IV. Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) II e III.
 - (C) II e IV.
 - (D) III.
 - (E) III e IV.
97. De acordo com o art. 71 da Constituição Federal de 1988, compete ao Tribunal de Contas da União, no exercício do controle externo, realizar inspeções e auditorias de diversas naturezas. Supondo que o Tribunal de Contas realize auditoria em uma entidade pública com a finalidade de confirmar os valores apresentados nas demonstrações financeiras, ele está realizando uma auditoria
- (A) contábil.
 - (B) de acompanhamento de gestão.
 - (C) de gestão.
 - (D) operacional.
 - (E) especial.
98. De acordo com os dispositivos constitucionais, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno, o qual NÃO possui como finalidade
- (A) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
 - (B) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal.
 - (C) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
 - (D) apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
 - (E) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei.
99. A verificação da legalidade dos atos de execução orçamentária será prévia, concomitante ou subsequente. Uma das formas de se exercer o controle prévio é por meio
- (A) do Balanço Patrimonial.
 - (B) do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.
 - (C) do Relatório de Gestão Fiscal.
 - (D) do Empenho da Despesa.
 - (E) da Tomada de contas.
100. A Lei nº 101/2000 prevê que, quando o Poder Executivo ultrapassar 90% (noventa por cento) do limite definido para a despesa total com pessoal, ele será alertado pelo
- (A) Poder Judiciário.
 - (B) Tribunal de Contas.
 - (C) Poder Legislativo.
 - (D) Conselho Municipal.
 - (E) Setor de Contabilidade.